



PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___^ª)
 PERGUNTA Número 7 / x (4^ª)

Expeça-se

Publique-se

17109/2008

O Secretário da Mesa

Assunto: Carências do Tribunal da Relação de Guimarães

Destinatário: **Ministro da Justiça**

Exm.^o Sr. Presidente da Assembleia da República

Na cerimónia da tomada de posse de 13 Juízes Desembargadores nomeados para o Tribunal da Relação de Guimarães, realizada no passado dia 4 de Setembro, o seu Presidente, Juiz António Gonçalves, referiu as suas preocupações com carências do Tribunal, nomeadamente:

- A necessidade de, pelo menos, mais um Juiz, para além do acréscimo verificado de um novo Juiz Desembargador, para que se possa alcançar o objectivo de 90 processos/Juiz Desembargador (Secção Cível ou Secção Criminal). Recordou, a propósito, que no ano judicial de 2007/2008 cada Juiz Desembargador da Secção Criminal teve distribuídos 110 processos, e cada Juiz Desembargador da Secção Cível 95 processos;
- A falta de segurança no Tribunal, que não dispõe nem de porteiro nem de segurança regular / permanente. As dificuldades orçamentais do Tribunal (que não tem apenas implicações a este nível), decorrentes das insuficientes transferências do Ministério, não lhe permitem qualquer hipótese de recurso a segurança privada. Por outro lado, o alarme electrónico instalado no edifício não está a funcionar.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Justiça** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:



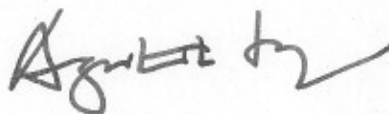
PCP 

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1. Está em consideração ou decidida a nomeação de mais um Juiz para o Tribunal da Relação de Guimarães, correspondendo à solicitação do Tribunal? Considera o Ministério ou não razoável o objectivo enunciado pelo Juiz Presidente do Tribunal da Relação de Guimarães de 90 processos por Juiz?
2. Como pensa o Ministério da Justiça que pode ser resolvido o problema da segurança do tribunal, questão que aliás tem estado na ordem do dia noutros tribunais? Que razões explicam o não funcionamento do alarme electrónico instalado?

Palácio de S. Bento, 16 de Setembro de 2008

Deputado(a)s:



Agostinho Lopes